

40º ENCONTRO ANUAL ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2016/ Caxambu-MG

ST06 - Comportamento, opinião pública e cultura política

**Teoria da escolha racional e comportamento eleitoral dos beneficiários do
Programa Bolsa Família: eleições presidenciais no município de Vila Velha – ES
(2006-2010)¹**

Eliana Rangel de Oliveira²

¹ Pesquisa financiada pela FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo.

² Ma. em Sociologia Política – UVV (Universidade Vila Velha), Secretária executiva e Pesquisadora do NPSA (Núcleo de Pesquisa Social Aplicada).

RESUMO

Este trabalho aborda a interface entre as políticas públicas sociais e o comportamento eleitoral tendo como objeto de estudo o eleitor beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF) sob a ótica da teoria de Anthony Downs. O principal objetivo do estudo consistiu em analisar o comportamento eleitoral dos beneficiários do PBF em Vila Velha – ES, tendo como premissa o seu comportamento racional em política. Questões surgem diante desse cenário: O que é relevante para o eleitorado brasileiro? Seu comportamento eleitoral teria relação com o PBF? A decisão individual de abster-se ou participar como eleitor tem fundamento racional? Será que as suas escolhas são racionais, de acordo com a teoria de Anthony Downs? Para dirimi-las aplicou-se a metodologia qualitativa com amostra sistemática de beneficiários eleitores incluindo pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos sugerem que houve racionalidade no comportamento eleitoral dos beneficiários do PBF conforme se verificou, tanto na pesquisa sobre os dados da eleição presidencial brasileira do ano de 2006 quanto na de 2010, para a amostra estudada.

Palavras-chave: Comportamento Eleitoral; Racionalidade; Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

O trabalho objetivou discutir o comportamento político dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) sob a ótica da teoria de Anthony Downs. Downs (2013:318) desenvolveu seu trabalho em cima de duas hipóteses: a primeira, abordando “a teoria de que os partidos agem de modo a maximizar votos”; e a segunda, que consistiu no “postulado de que os cidadãos se comportam racionalmente em política”. Deste modo, para o autor, tanto os políticos quanto os eleitores são egoístas, ambos agem pensando no benefício próprio e não na coletividade.

Desse modo, a proposta da pesquisa se deu em testar o segundo postulado de Downs com os beneficiários do PBF em Vila Velha - ES. E como suporte, apoiou-se nas palavras de Balbachevsky e Holzhacker (2006), quando estes relatam que “os eleitores escolhem seus candidatos de acordo com a avaliação que fazem do seu desempenho no governo”, tendo,

principalmente, os serviços públicos como referência para essa avaliação. Logo, buscou abordar a interface entre as políticas públicas sociais e o comportamento eleitoral, analisado a conexão entre o Programa Bolsa Família e o comportamento eleitoral dos seus beneficiários. A pergunta condutora consistiu em identificar em que medida o Programa Bolsa Família – uma Política Pública Social com transfêrencia de renda – pode influenciar no comportamento eleitoral dos seus beneficiários.

A metodologia aplicada foi a qualitativa com amostra sistemática de beneficiários eleitores incluindo pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas que incidiu em constantes reuniões com a Supervisora e coordenadora geral dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Vila Velha entre 2013 e 2014. Os resultados obtidos sugerem que houve influencia do programa no comportamento eleitoral dos seus beneficiários conforme se verificou, tanto na pesquisa sobre os dados da eleição presidencial brasileira do ano de 2006 quanto na de 2010, para a amostra estudada. O resultado aponta, ainda, para a racionalidade no comportamento eleitoral dos beneficiários, conforme a teoria de Downs.

O resultado da pesquisa será apresentado em duas partes, na primeira abordando as eleições Presidenciais no município de Vila Velha (2006-2010) e a segunda o comportamento dos beneficiários do PBF com base na teoria de Downs, mas antes será contextualizado o cenário político presidencial a partir dos anos 90.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O cenário político no Brasil nos anos de 1990, não era um dos melhores, tratava de um período bastante conturbado, principalmente em relação a política econômica. O país vivia uma aceleração inflacionária crescente e, na interpretação de Passarinho (2010:14), só ganhou novos horizontes após a eleição de Collor, “com a conclusão do processo de renegociação da dívida externa, o lançamento do Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência do país, em 1994”. Isso porque, segundo o autor, abria-se um processo que impulsionava e consolidava uma nova etapa da história econômica, social e política do Brasil.

Passarinho relatara que o precursor dessa nova etapa era o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual disputou a Presidência pela primeira vez em 1994, pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), sendo eleito no primeiro turno, com 54,3% dos votos válidos e reeleito quatro anos depois, também, no primeiro turno. Embora, tenha mantido o mesmo discurso da campanha anterior, que tinha como tema a política de estabilidade e de continuidade de reformas para a finalização do Plano Real. Inovando, apenas, com a promessa de gerar emprego e renda (PEREIRA, 2002:16).O que, de certa medida, foi observado no seu segundo mandato (1998-2002), quando deu início a alguns programas sociais de transferência de renda, a começar pelo Bolsa Escola.

Em 2002 Cardoso passa a Presidência para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). O então Presidente foi eleito no segundo turno com 61,30% dos votos válidos, após a sua quarta tentativa, derrotando o seu adversário do PSDB José Serra. Entre os assuntos relevantes e importantes dos dois mandatos do seu governo destacam-se o Programa Bolsa Família de 2003, e o Escândalo do Mensalão ocorrido entre 2005 e 2006. O primeiro chamou a atenção tanto da mídia quanto de pesquisadores de diversas áreas, seja pela expansão no número de beneficiários, seja pela garantia de renda. Entre outros fatores como condicionalidade e articulação com outras políticas sociais. Já o segundo, o mensalão, trouxe uma reflexão a mais sobre seu governo, contribuindo com o surgimento de vários boatos e questionamentos em relação a sua forma de governar.

Em 2006 os eleitores não só reelegeram Lula para o seu segundo mandato, como também, elegeram vários integrantes do seu partido (PT). O resultado foi a vitória do PT com a aprovação de 83 deputados eleitos – segunda maior bancada da Câmara dos Deputados. “O partido também elegeu cinco governadores, conseguindo vitórias notáveis nas regiões norte e nordeste, onde era tradicionalmente mais fraco” (SAMUELS, 2009:267).

Algumas análises têm como ponto de partida os estudos dos eleitores que elegeram o então presidente em 2002 e 2006, tendo como justificativa o fato de ter ocorrido nesses dois períodos à troca de classe entre os eleitores de um mandato para o outro, ou seja, os eleitores que votaram em Lula para Presidente em 2002, não foram os mesmos que o elegeram para o segundo mandato (SINGER, 2012 e Licio *et al.* 2009). Segundo Singer

(2012) nas eleições de 2006 “ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento³ brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres”, o autor argumentou ainda que essa separação política tinha força suficiente para durar por um longo período.

As “profecias” de Singer (2012) foram cumpridas, em 2010 o PT indica Dilma Rousseff para concorrer as eleições e ser a sucessora de Lula. Dilma disputa as eleições no segundo turno com José Serra do PSDB e é eleita com 56,05% dos votos, vencendo nas regiões nordeste, norte, e sudeste, com respectivamente 70,57%, 57,42% e 51,75% dos votos.

Questões surgem diante desse cenário: Por que as pessoas participam das eleições? O que é relevante para o eleitorado brasileiro? Seu comportamento eleitoral teria relação com o PBF? A decisão individual de abster-se ou participar como eleitor tem fundamento racional? Será que as suas escolhas são racionais, de acordo com a teoria de Anthony Downs?

Embora o objetivo aqui não seja o de responder tais indagações, ainda assim algumas serão respondidas dentro no nosso recorte geográfico, ou seja, no município de Vila Velha.

CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO DE VILA VELHA

O município de Vila Velha, atualmente formado por 05 distritos – Argolas, Ibes, Jucu, São Torquato e Sede (Vila Velha) – é dividido em 100 bairros oficiais, definidos conforme legislação aprovada pela lei nº 4707, de 2008. A população residente estimada em 2013 era de 458,489. Os indicadores apresentados em 2010 foram: 0,8 para o IDH municipal, considerado muito alto, segundo o PNUD⁴, e, o PIB era de R\$ 6.978.690 mil, com PIB per capita de R\$ 16.839,6.⁵

³“A expressão “realinhamento eleitoral” foi elaborada nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo”. Porém, ao fazer uso da expressão, interessou a Singer “apenas a ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo” (SINGER, 2012:13).

⁴ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é um órgão das Organizações Nações Unidas (ONU) e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. Está

A questão da pobreza e da desigualdade de Vila Velha, assim como de alguns outros municípios, está relacionada ao desenvolvimento e ao processo de modernização ocorrido na Grande Vitória. A partir da década de 70, houve um excessivo aumento populacional, o qual se expandiu para as áreas vizinhas. Essa Região atraiu migrantes não só do campo, mas também de outros estados, seduzidos pelas indústrias, em busca de trabalho e de uma melhor qualidade de vida. Pessoas, sem emprego e, na maioria das vezes, sem recursos financeiros, passaram a ocupar as cidades vizinhas da Grande Vitória, “[...] principalmente, em Cariacica e Vila Velha que absorveram no período 73/77 cerca de 66% das migrações da região” (IJSN, 1978:206).

Em 2004, uma percentagem considerável dessas pessoas passou a ser contempladas pelo Programa Bolsa Família no município de Vila Velha⁶. A região é um dos 78 municípios do Espírito Santo contemplado pelo programa, com 14.085 famílias cadastradas em 2014 e com um repasse monetário no valor de R\$ 9.135.454,00. Três anos após seu surgimento, em 2006, o programa atendia na região 11.321 famílias. Todavia, desde então esse número começou a diminuir gradativamente e só voltou a aumentar em 2009. Segundo explicação das responsáveis pelo setor, Ferreira (2014)⁷ e Tavares (2014)⁸, tal fenômeno ocorreu por dois motivos. O primeiro se refere às condicionalidades, as quais, se não cumpridas, ocorre o descadastramento automático da família, o que interfere diretamente no número de famílias cadastradas no sistema. O segundo motivo está

presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, iniciativa privada e com a sociedade civil. O objetivo é motivar a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero e raça. A partir de 2000, passou a fomentar “também o comprometimento e a discussão em prol do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Os temas centrais do programa são: desenvolvimento de capacidades, ciência e tecnologia, modernização do Estado e fortalecimento de suas instituições, combate à pobreza e à exclusão social, conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais. No Brasil, o programa visa a apoiar: implementação de políticas para fortalecer setores críticos para o desenvolvimento humano; promoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio; desenvolvimento de capacidades institucionais nos governos federal, estaduais e municipais; e fortalecimento do papel da sociedade civil e do setor privado na busca do desenvolvimento humano e sustentável. “Neste sentido, estas parcerias têm se desenvolvido em diversas áreas temáticas, como políticas sociais, governança democrática, segurança pública, e meio ambiente buscando responder aos desafios específicos do Brasil e às demandas do país dentro de uma visão integrada de desenvolvimento”. No campo de políticas sociais, o PNUD vem trabalhando com as áreas de saúde, educação, esportes, cultura, turismo e desenvolvimento social. – ONUBR. Nações Unidas no Brasil – Acesso dia 19 de janeiro de 2014. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnud/>>.

⁵ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Espírito Santo: Vila Velha. Acesso dia 18 de janeiro de 2014. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/F0R>>.

⁶ Embora o programa tenha surgido em 2003, o município só foi contemplado pelo benefício em 2004.

⁷ FERREIRA, Rafaela Santos. É formada em Administração e assume o cargo de Agente Público Administrativo na prefeitura de Vila Velha desde 2005.

⁸ TAVARES, Ivy Rolffes. É formada em Assistência Social e assume o cargo de Coordenadora Técnica dos CRAS de Vila Velha desde 2011.

relacionado ao cruzamento dos dados para identificar possíveis irregularidades, entre as quais: pessoas que já haviam morrido e continuavam recebendo o benefício; famílias que possuíam veículos automotores e, ainda assim, recebiam o benefício; e outros: circunstâncias que vão de encontro ao objetivo do programa que é atender às famílias abaixo ou na linha da pobreza.

O programa ainda estava em fase de implementação no município e os beneficiários não tinham as devidas informações para o cumprimento das condicionalidades. [Além do mais] em outubro de 2008 e fevereiro de 2009 o Ministério de Desenvolvimento Social junto com Tribunal de Contas da União realizou um cruzamento [cadastral] no Sistema da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), Sistemas SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbito), Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), cancelando assim vários benefícios no município de Vila Velha. O Município procedeu conforme orientações, realizando assim as visitas de averiguação nas famílias que constavam nos sistemas citados [para identificar possíveis irregularidades] (FERREIRA, 2014 e TAVARES, 2014).

O resultado dessa averiguação fez com que em 2010 o número de famílias cadastradas caísse significativamente no município, saindo da casa dos 11.321, em 2006, para 9.195 famílias beneficiadas no ano de 2010.

Em agosto de 2011 as atividades de recadastramento dos beneficiários voltam a funcionar e desde então o número de famílias cadastradas voltou a aumentar, embora isso não seja uma regra, pois esse número oscila conforme, principalmente, o cumprimento das condicionalidades. Em março de 2014, o município tinha inscrito 33.218 famílias no CadÚnico⁹. Destas, 14.085 famílias eram beneficiárias do programa, haja vista que família cadastrada não significa família beneficiária. Até este momento, as famílias assistidas pelo programa recebem em média R\$ 128,31 em benefício. Para dimensionar o PBF, este valor resultou em um repasse do Governo Federal de R\$ 1.807.182,00 no mês de março de 2014.

Os beneficiários do PBF estão espalhados pelos quase cem bairros de Vila Velha e são atendidos por uma equipe de profissionais treinados para dar suporte ao programa. Estes profissionais se concentram principalmente¹⁰ nos cinco CRAS (Centro de Referência de

⁹ “CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, [...] [e é] obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo[sic] Federal voltados ao atendimento desse público” (Decreto 6.135, 26 de junho de 2007, Art. 2º).

¹⁰ Embora esses profissionais também se encontrem na Central do CadÚnico de Vila Velha, lá não se realiza o cadastramento das famílias no SUAS. O cadastramento das famílias no município é feito somente através dos CRAS.

Assistência Social) distribuídos pelo município. O CRAS¹¹ é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social e se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), é através do SUAS que são selecionadas as famílias para serem assistidas pelo PBF (MDS, 2009).

Em Vila Velha, os CRAS são localizados supostamente em território de maior vulnerabilidade e risco social¹². Isso porque a Norma Operacional Básica/SUAS (NOB/SUAS) admite que essas unidades sejam instaladas, principalmente, em locais onde a renda familiar mensal predominante seja de até meio salário mínimo, reconhecendo que “as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias” (MDS, 2009:34). Desse modo, cada CRAS fica responsável por atender às famílias de um determinado número de bairros. Esses bairros são selecionados por regiões, de tal forma que as regiões mais vulneráveis chegam a ter dois CRAS para dar suporte às famílias e possibilitar que elas tenham acesso à rede de proteção social de assistência social. Em contrapartida, nas regiões aparentemente menos vulneráveis, unificaram-se duas regiões e nomeou-se um CRAS para o atendimento, conforme tabela 1 e a figura 1 - Mapa Político de Vila Velha - a seguir. Estes informam a localização dos CRAS no município e os bairros a que se vinculam.

Normalmente, os usuários dos serviços dos CRAS de Vila Velha são convidados constantemente a participar de reuniões com o objetivo de serem assegurados em relação aos seus direitos sócio-assistenciais. Essas informações são direcionadas aos indivíduos que recebem os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Idosos, Gestantes e adolescentes, conforme orientações técnicas (MDS, 2009).

¹¹ O CRAS se responsabiliza por dois quadros: o de proteção social básica e o de proteção social especial. O quadro de proteção social básica consiste no atendimento de alguns serviços como os de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF); Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Já o quadro de proteção social especial se divide em *média complexidade* – como, por exemplo, os serviços especializados para pessoas em situação de rua, a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, etc. – e *em alta complexidade* – serviço de acolhimento institucional, de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, etc. Todavia, o CRAS pode optar por ofertar outros serviços de conveniência, tais como para jovens, idosos, crianças e adolescentes. Porém, para isso, é necessário que o espaço físico seja maior do que o sugerido para o PAIF e adequado para tal, conforme Orientações Técnicas (MDS, 2009).

¹² “A Norma Operacional Básica/SUAS (2005) reconhece que diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa, em especial no que diz respeito à obtenção de informações sociais intraurbanas [sic] municipais, bem como informações de difícil mensuração ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência, negligência e abandono” (MDS, 2012:34).

Tabela 1

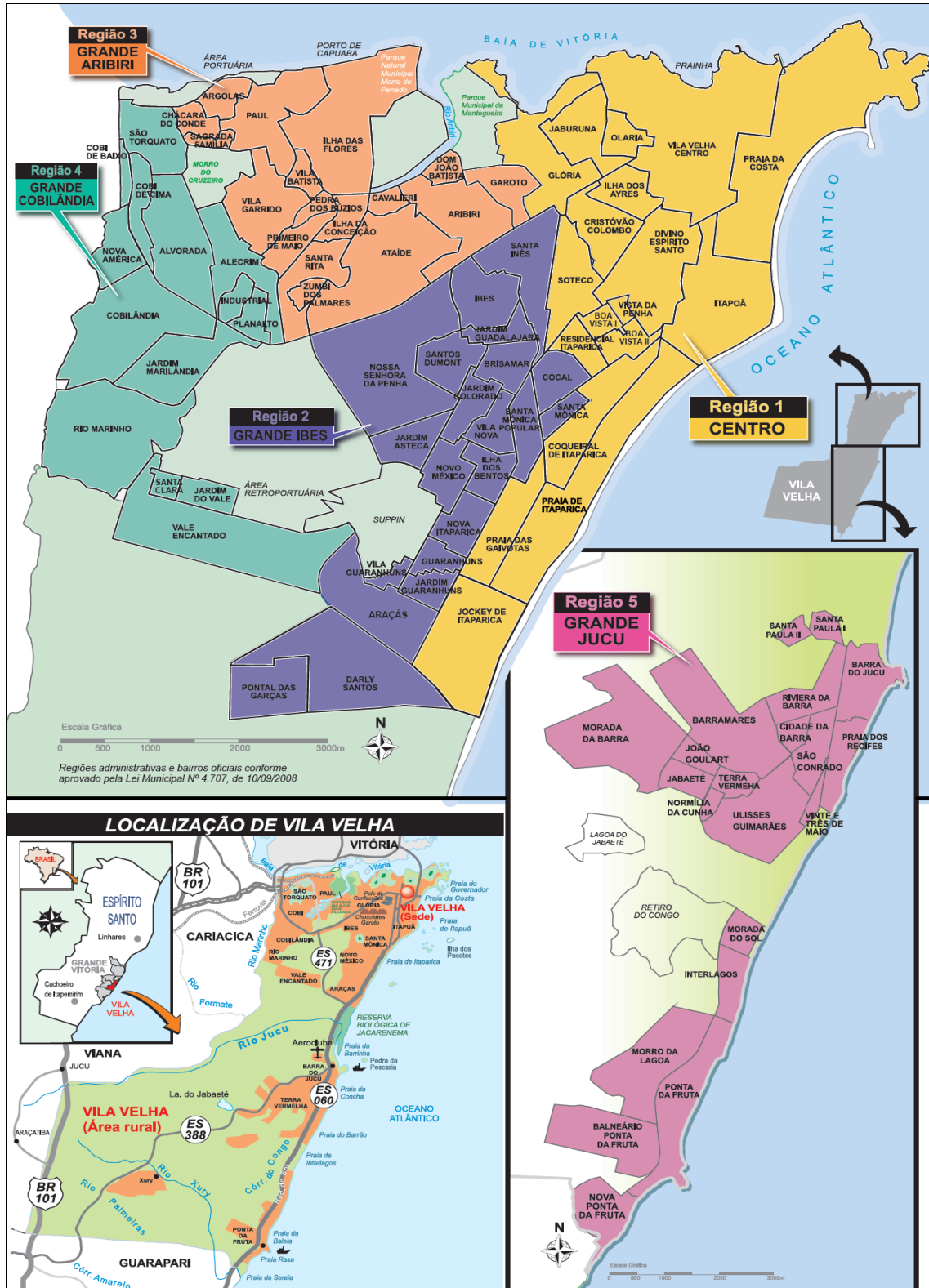
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social no município de Vila Velha - ES e os bairros a que se vinculam

Região II – Jardim Asteca	Região III – Vila Garrido	Região IV – Alvorada	Região V – (Expansão) São Conrado	Região V – Morada da Barra
Araças	1º de Maio	Alecrim	23 de Maio	Área Rural: Atlanta I e II; Xuri; Retiro do Congo; Camboapina; Faz Boa Vista; Córrego Sete.
Boa Vista I	Argolas	Alvorada	Balneário P. Fruta	Barramares
Boa Vista II	Aribiri	Cobi de Baixo	Barra do Jucu	Cidade da Barra
Brisamar	Ataíde	Cobi de Cima	Interlagos	Jabaeté
Cocal	Cavaliere	Cobilândia	Itanhangá	João Goulart
Coq. de Itaparica	Centro	Ipressa	Morada do Sol	Morada da Barra
Cristóvão Colombo	Chácara do Conde	Jardim do Vale	Morro da Lagoa	Normília da Cunha
Darly Santos	D. João Batista	Jardim Marilândia	N. Ponta da Fruta	Riviera da Barra
Div. Espírito Santo	Ewerton Montenegro	Nova América	Ponta da Fruta	Santa Paula I
P. das Gaivotas	Garoto	Planalto	Praia dos Recifes	Santa Paula II
Guadalupe	Glória	Rio Marinho	Recanto da Sereia	Seringal
Guaranhuns	Ilha da Conceição	Santa Clara	São Conrado	Terra Vermelha
Ibes	Ilha das Flores	São Torquato	Ulisses Guimarães	Vargem do Saco
Ilha dos Aires	Industrial	Vale Encantado		
Ilha dos Bentos	Jaburuna	Vila da Vitória		
Itaparica	Morro Filipis			
Itapoã	Olaria			
Jardim Itapoã	Paul			
Jardim Asteca	Pedra dos Búzios			
Jardim Colorado	Porto de Capuaba			
Jardim Guadalajara	Sagrada Família			
Jardim Guaranhuns	Santa Rita			

Jard. São Paulo	São Vicente de Paula			
Jóquei de Itaparica	Vila Batista			
Morro do Cruzeiro	Vila Garrido			
Nossa Sr ^a . da Penha	Zumbi dos Palmares			
Nova Itaparica				
Novo México				
Pontal das Garças				
Praia da Costa				
Resid. Coqueiral				
Soteco				
Santa Inês				
Santa Mônica				
St ^a . Mônica Popular				
Santos Dumont				
Vila Guaranhuns				
Vila Nova				
Vista da Penha				

Figura 1

Regiões administrativas e bairros oficiais de VILA VELHA - ES conforme aprovado pela Lei Municipal N° 4.707, de 10/09/2008



Conforme o mapa político, o município de Vila Velha é dividido em cinco regiões – Centro, Grande Ibes, Grande Aribiri, Grande Cobilândia e Grande Jucu – e em cada uma delas encontra-se um CRAS, com exceção do Centro e da Grande Jucu. A exceção a essas duas regiões se justifica porque, na primeira, o atendimento se concentrou no CRAS da Grande Ibes – Jardim Asteca –, local onde supostamente haveria menos pessoas em caso de vulnerabilidade social por bairro; já a segunda – Grande Jucu – trata-se de uma região com alto índice de vulnerabilidade social, o que explica a necessidade de mais de um CRAS nesse local.

A localização dos CRAS em Vila Velha, de acordo com a regulamentação da NOB/SUAS, é em locais onde as famílias possuem renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo. Essas famílias ou beneficiárias ou futuras beneficiárias do PBF são os principais usuários dos CRAS no município. Dessa forma, é coerente dizer que na Região 1 e 2 do mapa político, concentra-se o menor número de beneficiários, dada sua renda mais elevada - mesmo levando em consideração que a seleção seja feita através do CadÚnico. . Em contrapartida, a Região 5 concentra o maior número de beneficiários. Mas, haveria uma relação entre o voto no PT e os bairros com maior número de beneficiários ou potenciais beneficiários nas eleições presidenciais de 2006 e 2010?

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA (2006-2010)

Politicamente falando, o município de Vila Velha é dividido em três zonas eleitorais: a zona 32 na Praia da Costa, 55 no Centro e a 57 no Ibes, cada zona é responsável por um determinado número de urnas/seção. Este artigo se limita em apresentar os resultados das zonas 32 e 55, uma vez que, até as eleições de 2010 eram as únicas existentes.

Nas eleições de 2006, no primeiro turno, entre os candidatos mais votados estavam Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), neste caso a zona 32 apresentou um percentual significativo para o PT, com 46,64% dos votos válidos e apenas 38,07% para o PSDB. Assim também foi na Zona 55, onde o PT obteve 50,40%, enquanto que o PSDB teve apenas 33,98% dos votos válidos. Conforme tabela a seguir:

Tabela 2

**ELEIÇÕES 2006 EM VILA VELHA NO 1º TURNO - DISTRIBUIÇÃO POR ZONAS
ELEITORAIS**

Candidato	Partido	% V.V/Zona
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	32 = 46,64%
		55 = 50,41%
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	PSDB	32 = 38,07%
		55 = 33,98%

Fonte: elaboração própria com base no TRE de 2006

Já no segundo turno, entre os dois candidatos que disputaram a presidência, a diferença percentual por zona se mostrou mais acentuada. Os votos de Geraldo Alckmin praticamente não variaram de um turno para outro. Isso porque os votos, que antes eram dos outros e agora estavam disponíveis para os dois candidatos que foram para o segundo turno, migraram todos para Lula, pois o seu percentual de votos aumentou tanto na zona 32 quanto na 55. Como indica a tabela 3.

Tabela 3

**ELEIÇÕES 2006 EM VILA VELHA NO 2º TURNO - DISTRIBUIÇÃO POR ZONAS
ELEITORAIS**

Candidato	Partido	% V.V/Zona
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	32 = 61,77%
		55 = 66,91%
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	PSDB	32 = 38,22%
		55 = 33,08%

Fonte: elaboração própria com base no TRE de 2006.

Em 2010, no primeiro turno, os dois candidatos mais bem votados foram Dilma (PT) e José Serra (PSDB). Todavia, comparando-se com as eleições anteriores, o PT diminuiu o número de votos na zona 32. Os votos que a Dilma obteve nas duas zonas foram: zona 32 - 28,98%; zona 55 - 31,79%, enquanto que José Serra alcançou na zona 32 - 32,56% e

na zona 55 - 27,42%. Observa-se que o número de votos angariados pelos dois candidatos era muito próximo: isso está relacionado aos outros candidatos à presidência nesse período.

Tabela 4

ELEIÇÕES 2010 EM VILA VELHA NO 1º TURNO - DISTRIBUIÇÃO POR ZONAS ELEITORAIS

Candidato	Partido	% V.V/Zona
Dilma Vana Rousseff	PT	32 = 28,98%
		55 = 31,79%
José Serra	PSDB	32 = 32,56%
		55 = 27,42%

Fonte: elaboração própria com base no TRE de 2010

No segundo turno, da mesma forma não ocorre muita diferença no número de votos entre os dois partidos. Diferentemente do segundo turno das eleições de 2006, aqui os votos que eram dos outros partidos no primeiro turno migraram quase igualmente para os dois candidatos no segundo turno. Assim expõe a tabela 4.

Tabela 4

ELEIÇÕES 2010 EM VILA VELHA NO 2º TURNO - DISTRIBUIÇÃO POR ZONAS ELEITORAIS

Candidato	Partido	% V.V/Zona
Dilma Vana Rousseff	PT	32 = 44,38%
		55 = 49,14%
José Serra	PSDB	32 = 55,62%
		55 = 50,86%

Fonte: elaboração própria com base no TRE.

Embora tenhamos exposto os dados do primeiro e do segundo turno das eleições de 2006 e 2010, nossa explicação consistirá em abordar somente o segundo turno de cada pleito, haja vista que, no limite, é no segundo turno que se define a eleição. Contudo, reconhecemos que não podemos desconsiderar o primeiro turno, tendo em vista que nele

também os eleitores são influenciados pelo PBF. Porém, para os objetivos desse trabalho a abordagem do segundo turno traz o resultado necessário.

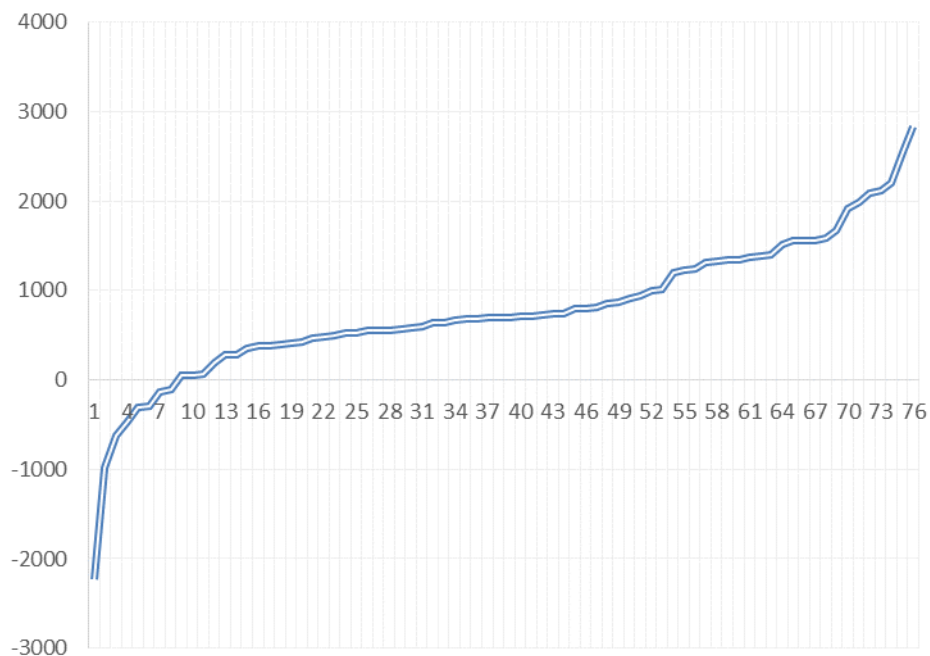
Cruzamento de dados do segundo turno de 2006 e 2010

Desse modo, diante dos dados expostos, e a partir principalmente do cruzamento dos dados da tabela 1 com os dados fornecidos pelo Tribunal Eleitoral Regional (TRE) contendo o número de votos dos candidatos no segundo turno de 2006, foi possível observar que os locais onde o CRAS estava presente com mais proeminência, foram os mesmos em que Lula (PT) obteve mais sucesso eleitoral. Ou seja, o PT ganhou em praticamente todos os bairros, tendo cem por cento de êxito nas localidades das Regiões IV e V da tabela 1, deixando de ganhar apenas em uma urna da zona 32 da Região II – Jardim Asteca -, que consiste no bairro Praia da Costa. A Região de Jardim Asteca é a que, aparentemente, contém menos bairros que se encaixam no perfil de assistência dos CRAS, ou seja, pessoas que recebam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Na Região III, o resultado não foi muito diferente. Geraldo Alckmin (PSDB) ganhou apenas no Centro, bairros da zona 32. Esses também não se encaixam no perfil de assistência do CRAS, no que tange à vulnerabilidade social.

Essas anotações podem ser também observadas nos gráficos de 1 a 3.

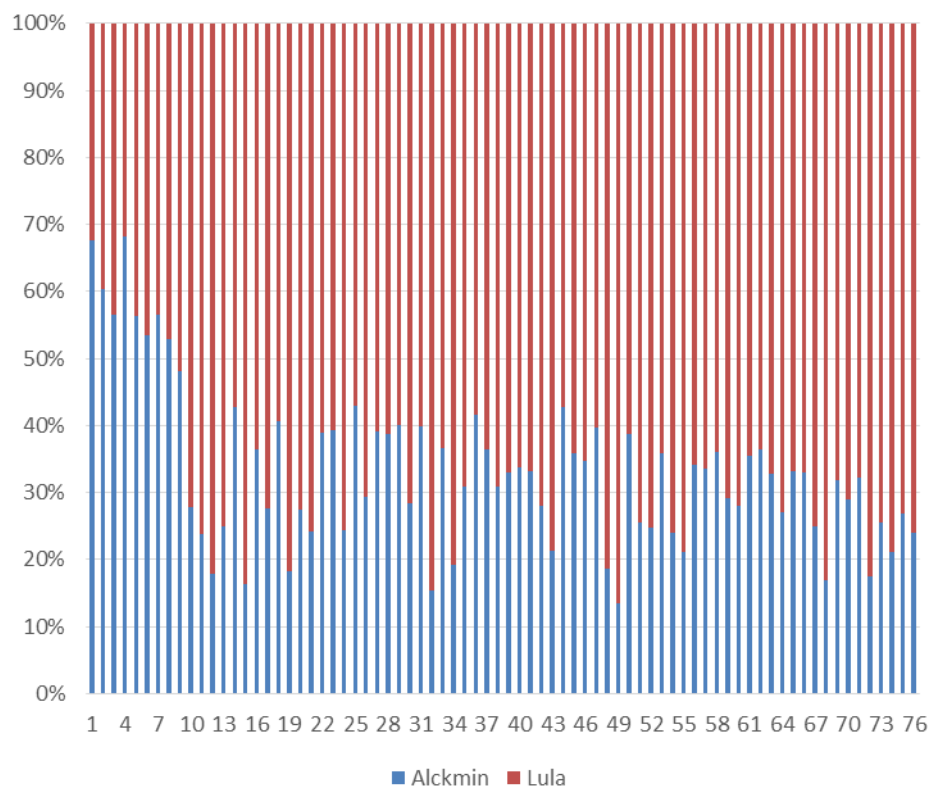
Gráfico 1 - Diferença de Votos Válidos na Eleição 2006 para Presidente em Vila Velha - ES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Esse gráfico mostra que os valores acima da linha 0 são votos relativos ao Lula e abaixo dela são votos para o Alckmin. Os dados estão ordenados pela diferença de votos entre os candidatos. Com isso esse gráfico mostra a vitória do candidato do PT de maneira consistente a despeito de uma inclinação suave na maior parte da amostra.

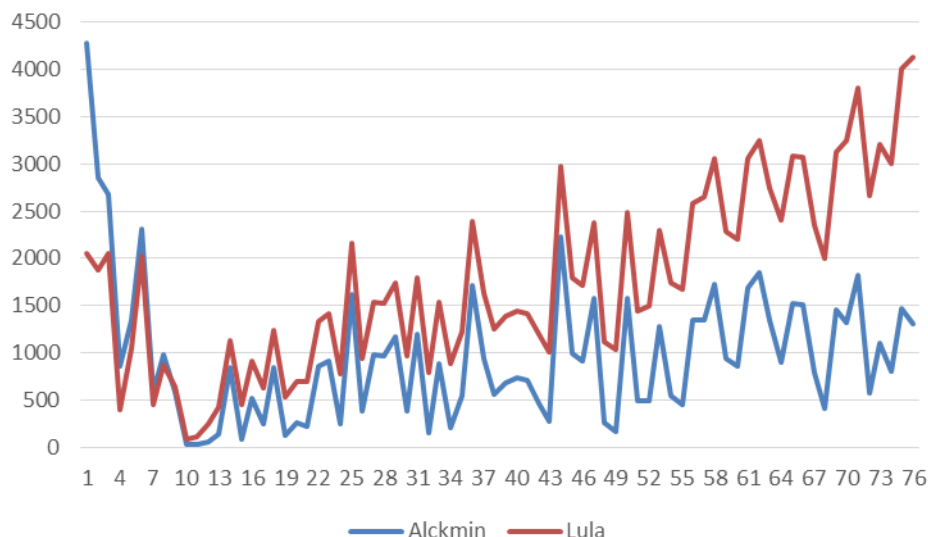
Gráfico 2 - Distribuição Percentual de Votos Válidos na Eleição 2006 para Presidente em Vila Velha - ES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Esse gráfico traz o percentual de cada observação em relação a sua correspondente. Assim todo par observado é mostrado como dois percentuais cuja soma é sempre 100%. No caso da quantidade de voto nas urnas eleitorais é exatamente isso que acontece e diz-se que fulano ganhou ou perdeu citando o percentual em relação ao outro candidato. Com esse gráfico fica evidente a maior intensidade dos votos no Lula. Nota-se em praticamente toda a área do gráfico predominância da cor alaranjada. Bairros como Praia da Costa, Itapoã, Prainha e centro de Vila Velha foram os que mais votaram no Alckmin enquanto que votações mais expressivas no Lula ocorreram em Terra Vermelha, Rio Marinho, Santa Rita, Alecrim, Vila Garrido e outros.

Gráfico 3 - Distribuição Nominal de Votos Válidos na Eleição 2006 para Presidente em Vila Velha - ES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Nesse gráfico pode-se notar a predominância da linha alaranjada (indicando votação no Lula) sobre a linha azul (representando a votação do Alckmin). Não houve em nenhum momento crescimento brusco, mas sim um crescimento consistente e para a maioria das urnas da amostra.

No que tange o cruzamento dos dados de 2010, foi possível observar que: Na Região II, José Serra (PSDB) ganhou praticamente em todas as urnas, perdendo para Dilma (PT) apenas em três: a de Araçás, Itaparica e Darly Santos, todas da zona 55. Diferentemente do que tinha ocorrido entre os dois partidos nas eleições de 2006, nesse ano (2010), a percentagem maior dos votos, nessa Região do CRAS (Jardim Asteca) foi para José Serra.

Já na Região III, Dilma ganhou praticamente em todos os bairros, perdendo para José Serra apenas nas urnas de Aribiri, Jaburuna, Centro e Glória, todos da zona 32, sendo que, nestas últimas urnas - Centro e Glória -, o seu adversário, José Serra, ganhou com uma vantagem expressiva. Esses dois bairros, embora assistidos pelo CRAS de Vila Garrido, demonstram ter um perfil superior aos dos restantes dos bairros atendidos pelo CRAS da Região III. Socioeconomicamente falando, a região não é composta por

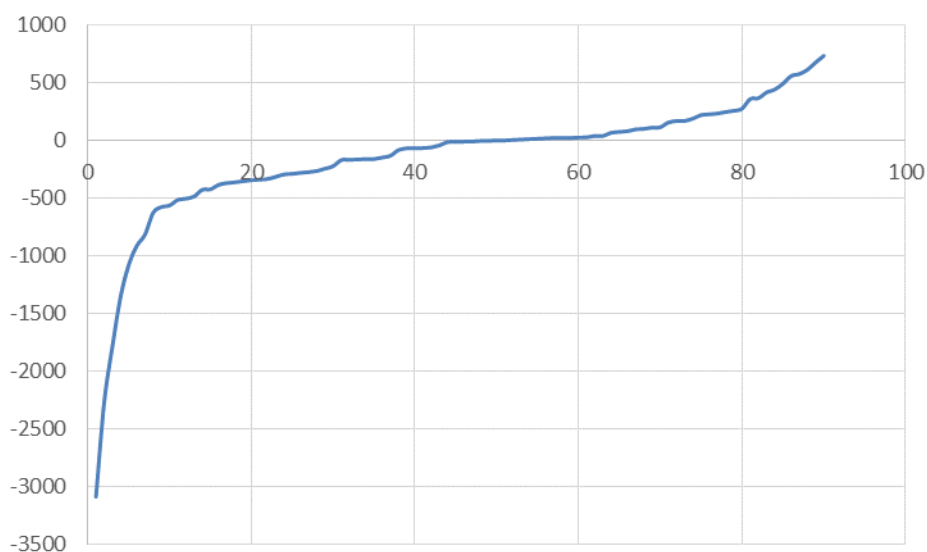
pessoas que recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Todavia, trata-se aqui de uma explicação superficial; uma pesquisa de campo nessa área poderia demonstrar dados que corroborassem tal constatação.

Na Região IV, das treze urnas existentes, Dilma só deixou de ganhar em duas: na de Cobilândia (zona 55), com uma diferença apenas de 24 votos; e na de Alvorada (zona 32), perdendo 40 votos para José Serra. Observa-se, nas urnas que estão na Região desse CRAS (de Alvorada), que foi unânime o voto na Dilma, pois, até mesmo nas duas urnas em que ela perdeu, as diferenças foram tão pequenas que por pouco resultariam em um empate.

Em relação à Região V, o resultado não foi muito diferente da Região IV. Dilma ganhou em praticamente todos os bairros perdendo para José Serra apenas na urna de Ponta da Fruta e de Xuri, ambas da zona 55. Lembrando que trata-se aqui de uma região com bastante vulnerabilidade social, onde o povo é assistido por dois CRAS, São Conrado e Morada da Barra.

Essas anotações podem ser confirmadas também nos gráficos 4, 5, 6.

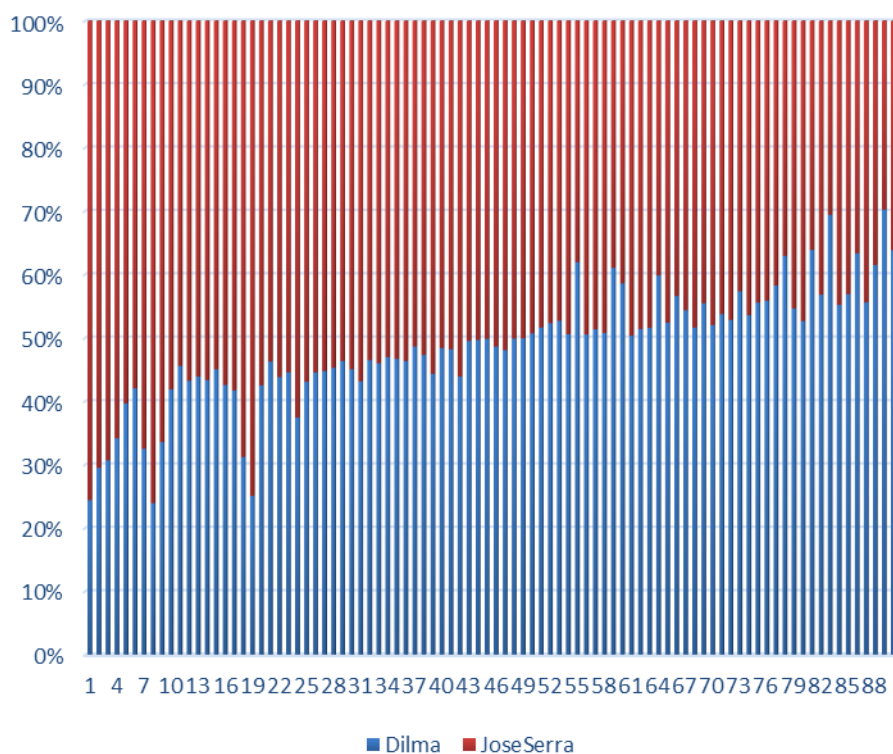
Gráfico 4 - Diferença de Votos Válidos na Eleição 2010 para Presidente em Vila Velha - ES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Esse gráfico mostra que os valores acima da linha 0 são votos relativos à Dilma e abaixo dela são votos para o José Serra. Os dados estão ordenados pela diferença de votos entre os candidatos. Observa-se uma inclinação acentuada no início do gráfico indicando que o eleitor, nessas urnas, expressou grande desejo de eleger presidente o candidato José Serra. Por outro lado vê-se uma inclinação suave indicando que a diferença de votos entre os candidatos foi menor nas urnas onde a eleita foi a Dilma. Aparentemente há um equilíbrio maior entre as forças eleitorais naquelas urnas.

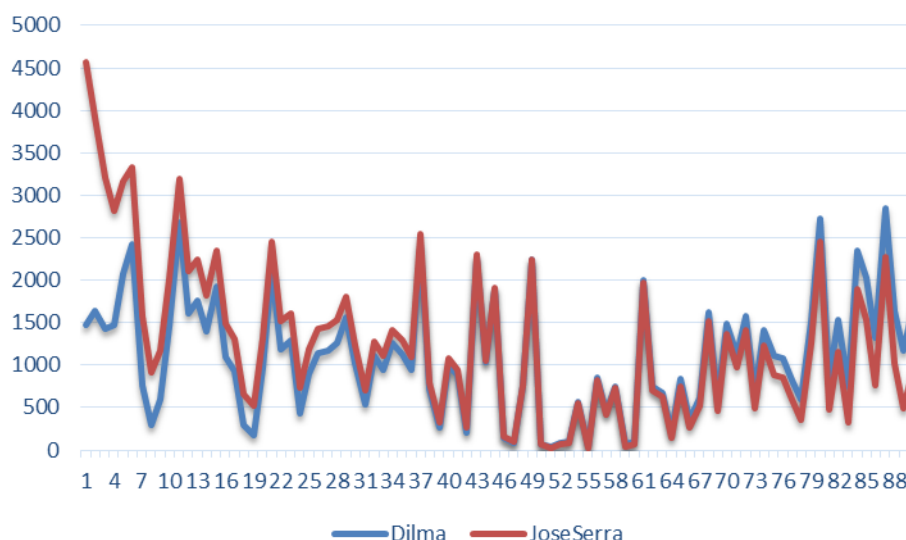
Gráfico 5 - Distribuição Percentual de Votos Válidos na Eleição 2010 para Presidente em Vila Velha - ES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Nesse gráfico pode-se notar uma tendência de crescimento percentual nos votos para Dilma (em azul) ao longo da distribuição da amostra analisada. Os dados estão ordenados pela diferença de votos entre os candidatos.

Gráfico 6 - Distribuição Nominal de Votos Válidos na Eleição 2010 para Presidente em Vila Velha - ES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Esse gráfico usa uma linha azul para demonstrar o desempenho de Dilma e uma linha alaranjada para demonstrar o de José Serra. Nota-se inicialmente, Dilma perdendo (linha azul abaixo) e com uma diferença grande, e no final Dilma retoma a posição e, como se sabe, elegeu-se presidente naquela oportunidade. Interessante notar que José Serra vence em bairros como Itapoã, Itaparica, Praia da Costa e centro de Vila Velha enquanto que Dilma vence em bairros como Cidade da Barra, Vale Encantado, Barramares, Rio Marinho, Santa Rita, Vila Garrido, Ulysses Guimarães, João Goulart, Terra Vermelha e outros, considerados bairros com população sujeita a maior vulnerabilidade. No centro do gráfico pode-se notar eleitores decidindo com forças iguais, de tal sorte que ambos candidatos obtiveram votação semelhante, tornando a diferença pouco expressiva em bairros como Cobilândia, Aribiri, Santa Rita, Brisamar, Barra do Jucu, Ilha das Flores, São Conrado, Planalto e outros.

Ao compararmos o resultado eleitoral do cruzamento dos dados de 2006 com o de 2010, concluímos que não houve muita diferença nas análises dos resultados dos CRAS das Regiões III, IV e V. Nessas regiões, os eleitores demonstraram a sua preferência pelo PT, ao escolherem como representantes políticos para a Presidência os candidatos Lula e Dilma.

Houve, contudo, uma variação na escolha partidária dos eleitores nas regiões do CRAS de Jardim Asteca de 2006 para 2010. Pois, se em 2006 quem ganhou nessa região foi o Lula, representando o PT, em 2010 quem ganhou foi o José Serra, representando o PSDB. É importante mais uma vez ressaltar que estamos fazendo comparação de um conjunto de bairros que supostamente contém menos pessoas que recebem até ½ salário mínimo e, conseqüentemente, não se encaixam no perfil de assistência dos CRAS.

Mas qual seria o comportamento desses beneficiários na hora de escolher seu representante político para presidente? Será que as suas escolhas são racionais, de acordo com a teoria de Anthony Downs?

COMPORTAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO PBF SEGUNDO A TEORIA DE DOWNS

A partir de pesquisa de campo guiado por alguns questionamentos pontuais, foi possível identificar, em certa medida, como que esse grupo de eleitores se comporta em política. Tais questionamentos se resumem em: qual visão dos beneficiários do PBF em relação à política; como eles se comportam na hora de votar; quais são os fatores relevantes na hora de decidirem o voto e a opinião deles quanto à decisão dos outros eleitores em momentos semelhantes; qual a percepção dos beneficiários em relação ao PBF na hora de decidir o voto e, por fim, qual a opinião deles em relação a possibilidade de extinção do programa.

A análise dos questionários mostrou que esse grupo de eleitores que não se sentem a vontade para abordar o tema política, de modo que a palavra “política” por si só lhe causavam desconforto e relutância. Tal comportamento está relacionado às suas decepções com os representantes políticos e a má administração do dinheiro público. Ainda assim, consideram a política importante. Mas não descartam a ideia de que política não passa de promessas, principalmente em períodos eleitorais. Downs (2013) relata que

“[...] os antecedentes de cada partido (especialmente os ocupantes do cargo) durante o período eleitoral que acaba de se encerrar são mais importantes do que as promessas do partido para o futuro” (DOWNS, 2013:315).

É impactante ouvir o pensamento e desabafos desses beneficiários, mas diante de vários escândalos ocorrido durante o período das entrevistas (ano de 2012) e por se tratar de um ano de eleições municipais, não era de se estranhar suas reações e comportamento. Alguns dos entrevistados argumentaram em tom de protesto que “os políticos prometem muito, mas só trabalham no primeiro ano para mostrar que esta fazendo alguma coisa, e, no quarto ano para conquistar os eleitores novamente”, assim diz um dos entrevistados:

a política de hoje em dia não está muito boa não, sabe por quê? Os políticos prometem, prometem e nos primeiros anos têm que fazer [alguma coisa]... aí passa o primeiro e segundo ano, acabou. Chega no quarto ano, na próxima eleição, eles querem fazer alguma coisa para a gente votar nele de novo [...] (argumento de uma entrevistada do CRAS de Alvorada).

A entrevistada realçava a sua posição relatando que os políticos estão preocupados em atuar em prol dos objetivos próprios, sem se preocuparem com o povo.

O descaso e desprezo que esse grupo de eleitores apresenta em relação à política é tão nitido que existem pessoas que a comparam com um circo, onde o palhaço é o povo. Conforme suas palavras: “Ah! Quer saber? Prá mim, a política é um verdadeiro circo, só que quem atua como palhaço do circo é o povo, só isso” (argumento de uma entrevistada do CRAS de Vila Garrido).

Todavia, alguns entrevistados acreditam que sem os políticos eles não teriam nada, constitucionalmente falando. Ou seja, não teriam direito a alguns benefícios de assistência social, do tipo moradia, alimentação, isto é, mecanismos que os direcionem a uma vida digna. São pessoas, até certo ponto, desinformadas quanto aos seus direitos mais básicos, muitos deles acreditam que seus direitos se limitam em educação, saúde e segurança. Fora isso, todos os outros deveres do Estado, mesmo que expressos na carta magna de 1988, quando ofertado podem ser visto não como um direito e sim como uma ajuda dada pelo representante político em exercício. Tendo em vista que eles são deficitários do mínimo que eles conhecem como direito, de modo que qualquer coisa que vier a mais do que eles estão acostumado enxergar como obrigação do Estado (moradia, alimentação, etc) pode ser visto como benesse e não como direito adquirido.

Em algumas reuniões, principalmente, onde a pobreza era mais visível, notava-se beneficiários argumentando que sem os políticos não existiria nenhum tipo de benefício, e, sem os quais eles estariam em uma situação muito pior, associando alguns benefícios recebidos a alguns representantes políticos. Downs (2013) relata que

[...] uma estratégia importante do governo é fazer os eleitores perceberem os benefícios que já estão recebendo. Entretanto, apenas os benefícios dos quais os eleitores se tornam conscientes podem influenciar suas decisões de voto; de outro modo, seu comportamento seria irracional (Downs, 2013:58).

Observa-se que o objetivo do governo está sendo atingido, existe uma conexão ente os programas sociais recebidos com o governo em exercício, ou seja, se esse era ou não a proposta desse representante, ou seja, se ele agiu com racionalidade ou não é a proposta desse artigo em identificar. Mas sim, identificar a racionalidade dos beneficiários, lembrando que a racionalidade para o Downs consiste na premissa de que os homens estão preocupados em atingir seus próprios interesses sem muitos rodeios ou dissimulação, buscando alcançar seus objetivos de forma direta.

Assim, analisando as entrevistas notou que os beneficiários vêem o seu direito de votar não como uma conquista do cidadão brasileiro, mas sim como uma obrigação que lhes arrastam até as unas em períodos eleitorais e que seu descumprimento tem como resultado algumas punições que não se limitam à multa – as quais eles não têm noção do valor e acreditam ser muito alta. No pensamento deles, no rol das punições está arrumar emprego – mesmo em empresa privada –, receber benefícios, participar de algum programa social do governo, enfim, até a impossibilidade de viajar. Sendo estes os motivos que, para muitos, os fazem votar periodicamente.

Esses beneficiários não estão de todo modo errados, porém o que chama a atenção é como eles enxergam o ato de votar, como uma obrigação e não como um direito. Relatam ainda que, se são obrigados a votar, então que seja naqueles que lhes possam oferecer algo em troca e de imediato, visto que depois das eleições serão esquecidos pelos candidatos cujas promessas “jamais” serão cumpridas. Downs (2013) relata que “[...] Diante de diversas alternativas mutuamente excludentes, um homem racional sempre escolhe aquela que lhe traz a maior utilidade, *ceteris paribus*; isto é, ele age para seu próprio e maior benefício” (DOWNS, 2013:57).

Quando foram questionados sobre o que achava dessa atitude (dos políticos oferecerem benefícios em troca de votos), em praticamente todas as reuniões a resposta é que eles discordam e reprovam tal ato. Porém, alguns mesmo criticando justificavam que essa era a forma que eles poderiam ser beneficiados pelos políticos.

Isso aí [ao se referir à troca do benefício por voto] é tido como uma coisa incorreta, eles são punidos se fizerem isso, mas é a forma que beneficia a gente. Você sabia que infelizmente é essa forma injusta que beneficia? Porque se eu for lá e eles me ajudam agora, depois que votei acabou! Não vou receber mais nada. (argumento de algumas entrevistadas do CRAS de Vila Garrido).

Nota que para os beneficiários é mais importante receber algo de imediato do que promessas, pois para muitos essas nunca serão cumpridas. De acordo com a teoria da racionalidade de Downs (2013), “os indivíduos devem antecipar os resultados das ações e calcular qual será a alternativa melhor, ou a que lhe trará a maior satisfação”. Desse modo, em certa medida, essa não deixa de ser uma atitude racional.

Entre as atitudes dos beneficiários na hora de escolher os seus representantes políticos que chamou a atenção, foi o fato de alguns escolherem seus candidatos na hora de votar, pegando o papel no chão ou na mão de pessoas que fazem, ilegalmente, “boca de urna”. Segundo Downs (2013), “como quase todos os cidadãos percebem que seu voto não é decisivo em cada eleição, o incentivo da maior parte deles a adquirir informações antes de votar é muito pequeno” (DOWNS, 2013:316). O que pode ser notado na argumentação de um dos entrevistados: “Sabe como é que eu voto? Uni duni duni tê. Eu chego lá na porta, o primeiro papelzinho na minha frente, eu vou lá e voto. Não quero nem saber quem é, já que sou obrigada a votar” (argumento de uma entrevistada do CRAS de Vila Garrido).

Por outro lado, alguns beneficiários revelaram que escolhem seus representantes políticos com base em suas promessas eleitorais; quando não, destacavam a simpatia e humildade do candidato. Havia também aqueles que revelaram escolher seus governantes analisando o que os candidatos fizeram entre um mandato e outro, ou votam em quem o candidato de sua preferência indicar, justificativa que este pode dar continuidade aos projetos do representante que o indica. Para Downs (2013) “muitos cidadãos delegam até mesmo os passos avaliativos no ato de votar a outros e seguem o conselho desses outros no momento de depositar os seus votos” (DOWNS, 2013:316).

Ao buscar identificar se a Bolsa Família influenciava na decisão de voto dos beneficiários. Observou-se que embora a maioria desse eleitorado tenha respondido de forma direta que o programa não influencia na sua decisão de voto, esse não seja de fato o seu comportamento.

Buscando analisar a influência do programa sobre os beneficiários, foi exposto a eles o boato do dia 18 de maio de 2013 que espalhou, principalmente, na capital alagoana. O qual dizia que o Programa Bolsa Família iria ser extinto, fazendo com que varias agencias da caixa fossem invadidas por beneficiários. Foi questionado esse grupo de eleitores se eles sabiam dessa “informação” e quais tinham sido suas reações, ou seja, o que eles fizeram ao ficarem sabendo?

Notou-se que poucos sabiam do boato, em média vinte por cento dos entrevistados responderam que ficaram sabendo, mas que não fizeram nada, pois não acreditaram na “informação”. Exclamando que não acreditavam que o programa poderia ser extinto algum dia, mas se isso acontecesse, eles se manifestariam.

ALGUNS COMENTÁRIOS FINAIS

A teoria de Downs (2013) expõe que para decidir com racionalidade, o cidadão deve saber quais são suas metas, as alternativas para atingi-las e as possíveis consequencias da escolha de cada uma delas. Assim, “o comportamento racional requer uma ordem social previsível [...] [onde] o homem racional na política deve ser capaz de prever aproximadamente o comportamento de outros cidadãos e do governo” (DOWNS, 2013:32).

No decorrer da pesquisa, a partir dos cruzamentos dos dados, foi possível observar a forte influencia que o programa exerce sobre os beneficiários. Notou-se que havia uma proporcionalidade entre os votos em Lula e Dilma com os bairros socialmente mais vulneráveis, ou seja, quanto mais vulnerável o bairro, maior era o número de votos para Lula e Dilma (PT). Lembrando que em 2006 as diferenças entre Lula e seu adversário Geraldo Alckmim nestes bairros foram bem mais significantes do que em 2010 entre Dilma e seu adversário José Serra.

O que se observou durante a pesquisa de campo é que embora esses beneficiários não expressassem claramente, havia sim, em certa medida, a preocupação com a extinção do programa. Eles temiam perder o programa por qualquer motivo, se mostraram preocupados em participar ou não das entrevistas e dependendo da pergunta pensavam muito, antes de responder. Mas a que causou mais alvoroço, foi a que abordava o voto em troca de benefícios, embora alguns concordassem que se tratava de um ato antiético e reprovável. Ainda assim eles não deixavam de concordar que é o que os beneficiariam de imediato.

Outro ponto que também chamou a atenção foi o fato desses beneficiários não se lembrarem dos programas sociais anteriores ao PBF, um ou outro citava o vale leite (bem antigo) e, raramente, Bolsa Escola e Auxílio Gás.

Diante da análise das observações, foi possível concordar com a hipótese de que os beneficiários do PBF acreditam que se outro governo que não seja o do PT for eleito, o PBF deixa de existir. O que, de acordo com a teoria de Downs, trata-se de um raciocínio perfeitamente racional. Haja vista que segundo o autor “o homem racional na política deve ser capaz de prever aproximadamente o comportamento de outros cidadãos e do governo”. Certo ou não, esse é, em certa medida, o alcance da racionalidade desses beneficiários.

Bibliografia

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. “Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 38-56, 2006.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. 1 ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. de O. de. “Bolsa Família e o voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, Campinas vol. 15, nº 1, p. 31-54, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento — Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. *Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006*. [Online]. 2007. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3029&Itemid=231>. Acesso em: 17 abril 2014.

PASSARINHO, Paulo. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, Alvaro. *Depois de FHC: personagens do cenário político analisam o governo Fernando Henrique Cardoso e apontam alternativas para o Brasil*. São Paulo: Geração editorial, 2002.

SINGER, André Vitor. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. — 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Tribunal Superior Eleitoral. Estatística TSE: eleições 2010. Acesso: maio de 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>.